

In Magalhães, Maria José (ed.), Lima Cruz, Angélica (ed.), Nunes, Rosa (ed.) (2012) *Pelo fio se vai à meada: percursos de investigação através de histórias de vida* Lisboa: Ela por Ela.

Investigação Feminista Qualitativa e Histórias de Vida:

A libertação das vozes pelas narrativas biográficas

Sofia Neves

“So, with many other feminists, I want to argue for a doctrine and practice of objectivity that privileges contestation, deconstruction, passionate construction, webbed connections, and hope for transformation of systems of knowledge and ways of seeing”.
(Haraway, Donna, 1988: 584/585).

Resumo:

Valorizando as experiências subjectivas e o seu enquadramento social, cultural e político, a investigação feminista é fortemente potenciada pela utilização dos métodos qualitativos de investigação, particularmente pelo uso das histórias de vida. O método das histórias de vida permitem a construção e a reconstrução dos significados através da linguagem, empoderando as vozes dos/as seus/suas contadores/as.

O presente capítulo pretende explorar as relações entre a investigação feminista, a investigação qualitativa e o método das histórias de vida, clarificando os seus pontos de confluência.

Palavras-chave: Investigação feminista, métodos qualitativos, histórias de vida

O ponto de partida: A investigação feminista e os seus significados

Início este texto com uma breve clarificação sobre os significados de se fazer investigação feminista. Esta clarificação servirá como um ponto de partida para a reflexão que aqui se pretende desenvolver em torno da relação entre a investigação feminista, a investigação qualitativa e as histórias de vida. Assumindo o pressuposto de que a ciência feminista, em geral, e a investigação feminista, em particular, deverão

espelhar os princípios políticos e sociais dos movimentos feministas, o seu objectivo central terá de ser o de, com base numa análise crítica dos processos de produção do conhecimento científico, desafiar as estruturas dominantes do poder, tornando audíveis as vozes dos grupos sociais que tradicionalmente têm ficado à sua margem (Neves & Nogueira, 2004; Neves, 2008).

A crise do paradigma positivista das décadas de 60 e 70 do século XX, aliada ao enviesamento androcêntrico, sexista e heteronormativo da ciência clássica, fez despontar um novo compromisso metodológico com os saberes críticos e emancipatórios (Oliveira & Amâncio, 2006). Fruto da acção dos movimentos feministas académicos, começou a equacionar-se nessa altura a necessidade de se reforçar a ligação entre as ciências sociais e humanas e a política para, a partir dela, recriar instrumentos alternativos de acesso e compreensão da realidade social (Neves, 2009). A recorrente patologização da *condição feminina*, o pendor para a uniformização, a padronização e a classificação dos comportamentos e a ausência de análises estruturais e historicamente situadas são apenas algumas das consequências negativas da utilização de métodos de investigação de teor positivista, especialmente junto de participantes mulheres (Neves & Nogueira, 2005). Não contemplando a diversidade e o pluralismo das vivências sociais, e não as enquadrando em contextos culturais específicos, os métodos positivistas perdem de vista a importância das subjectividades, da temporalidade e da espacialidade do conhecimento.

As/os académicas/os feministas, sobretudo as/os que perfilham uma orientação pós-estruturalista, e numa tentativa de *desdogmatização* da ciência (Santos, 1998), propõem que o estudo da realidade social seja feito através de uma grelha teórica, epistemológica e metodológica multivariada e interseccional, que possibilite uma análise da influência do cruzamento de vários processos como a “raça”, o género, a classe, a sexualidade e a idade na vida das mulheres (Crenshaw 1993; Kim, 2007). A perspectiva interseccional evita o reduto biológico em que assenta o essencialismo, bem como a estereotipia das identidades (DeFrancisco & Palczewsky, 2007), propondo uma leitura do género para além do género. Assim, a análise interseccional faz-se por via do reconhecimento da pluralidade dos processos que condicionam a discriminação, sendo o género *apenas* um desses processos.

De acordo com Braidotti (2008: 30),

o desafio teórico lançado pelos estudos feministas questiona toda a rede de poder-saber enquanto produtor activo da subjectividade. O que está em jogo na teoria feminista é, parece-me, o sujeito do feminismo, isto é a redefinição da subjectividade feminina por mulheres feministas politicamente motivadas. O que está em jogo é a redefinição de “a Mulher” pelas mulheres.

Esta redefinição obriga à desconstrução da noção de sujeito universal, uno e indivisível emanando deste exercício uma outra noção, a de sujeito híbrido, fragmentado e intersubjetivo.

A investigação feminista pauta-se igualmente pela assunção da inter-influência entre investigador/a e investigado/a e pela premissa de que todo o conhecimento é construído socialmente sendo, nessa medida, necessariamente politizado. Assim, a investigação feminista oferece uma *nova* forma e aplicação do processo de construção e transmissão do conhecimento científico, mais inclusiva e comprometida com as experiências subjectivas e a posicionalidade social (Brooks & Hesse-Biber, 2007).

A investigação feminista surge então como uma estratégia de articulação entre as teorias e as epistemologias feministas e os métodos de formação do conhecimento. Neste sentido, os métodos feministas *servem* as teorias e as epistemologias feministas (no sentido em que são uma extensão dos seus pressupostos), distinguindo-se dos demais precisamente pela sua *intencionalidade*. Em tese, toda a investigação pode ser feminista desde que garanta e projecte os princípios basilares dos feminismos: a consagração da igualdade, a recusa do sexismo, da heteronormatividade e do androcentrismo e o respeito pela diversidade, multiplicidade e polifonia.

Investigação feminista e Investigação qualitativa: hibridismos epistemológicos

A crítica desencadeada pelas académicas feministas à ciência tradicional incidiu fortemente na questão dos métodos de investigação. O questionamento da ciência enquanto projecto masculino (Keller, 1991) obrigou à contestação dos instrumentos e das técnicas que o sustentavam. Estando os métodos quantitativos mais próximos dos referenciais de objectividade, de neutralidade e de isenção postulados pela ciência moderna positivista, a sua apropriação pela investigação feminista seria, à partida, um

contra-senso. A associação dos métodos quantitativos à cientificidade, à estatística e à masculinidade e a associação dos métodos qualitativos à subjectividade, à interpretação e à feminilidade estabeleceu um fosso difícil de transpor entre *bons* e *maus* métodos de investigação (Westmarland, 2001). O argumento no sentido da aparente fragilidade dos métodos qualitativos (o que os tornava *maus* métodos) foi suficientemente forte para que a sua aceitação por parte das academias fosse tardia, o que dificultou inclusivamente a aceitação da investigação feminista como possibilidade de produção de uma ciência legítima e *verdadeira*. Quando o meio académico foi pela primeira vez desafiado pelos feminismos a visitar as suas práticas, tornou-se claro que os métodos quantitativos positivistas não poderiam ser usados para concretizar os objectivos dos *estudos das mulheres*, já que as vozes destas e de outros grupos sociais menos favorecidos continuariam a ser silenciadas (Oakley, 1998). Este facto levou a que as investigadoras feministas criticassem ou rejeitassem a abordagem quantitativa, no sentido em que esta colidiria com a visão hermenêutica, compreensiva e crítica da ciência que desejavam impulsionar. Na realidade, a recusa de uma *objectividade pura* é o motivo mais apontado pelas feministas para a não identificação com as perspectivas quantitativas (Reinharz, 1992), já que estas assentam na ideia de que a realidade pode ser apreendida por meio de lógicas estritamente racionais e, por essa razão, a-políticas.

Em reacção a estas posições, outras têm sido defendidas no sentido da inclusão dos métodos quantitativos nas práticas de investigação feminista. O que estas posições enfatizam é que o que torna a investigação *feminista* não são os métodos que são usados, mas a forma como são usados e os objectivos para os quais são usados (Yllo, 1993; Kelly, Regan & Burton, 1992), ultrapassando-se deste modo o debate métodos qualitativos *versus* métodos quantitativos. Ainda assim, e embora muitos/as investigadores/as feministas reconheçam a importância dos usos complementares de métodos qualitativos e quantitativos na pesquisa que protagonizam (numa lógica de triangulação metodológica), parece haver algum consenso sobre o facto dos métodos qualitativos, pelo seu enquadramento epistemológico, serem mais compatíveis com os princípios da investigação feminista (Oakley, 1998). Esta compatibilidade deve-se, em grande medida, à possibilidade que os métodos qualitativos criam de se aceder às experiências das pessoas, privilegiando as idiosincrasias. Os métodos qualitativos

potenciam o conhecimento sobre os sentidos atribuídos (Dias, 2004), melhor servindo os interesses de trazer para o discurso científico as experiências das pessoas reais, contadas na primeira pessoa (Neves, 2008). A relevância dos métodos qualitativos reside precisamente na sua capacidade de tornar centrais as subjectividades que são enunciadas pelos/as investigados/as e as experiências e interpretações que estes/as fazem da realidade social, com a qual interagem continuamente.

Por outro lado, ao permitirem a exploração, muitas vezes não directiva e livre dos discursos e das experiências, os métodos qualitativos ocasionam a imersão nos dados através da orientação de quem os veicula, mais do que da orientação de quem os colecta, o que favorece a valorização dos pontos de vista dos/as participantes da investigação e, por consequência, acentua o seu potencial emancipatório.

A investigação qualitativa está particularmente voltada para a descrição e compreensão dos fenómenos a partir dos seus próprios contextos sendo preferencialmente indutiva e privilegiando um maior número de dimensões na descrição dos mesmos (Pancer, 1997).

De acordo com Denzin e Lincoln (2005), a investigação qualitativa é a actividade situada que localiza o/a observador/a no mundo, sendo constituída por um conjunto de práticas materiais, interpretativas e transformadoras. Esta actividade traduz o mundo em representações e dá sentido aos significados construídos. O autor e a autora referem ainda que a investigação qualitativa envolve a utilização de uma série de materiais empíricos – os estudos de caso, as experiências pessoais, a introspecção, as histórias de vida, as entrevistas, os artefactos, os textos e as produções culturais e os documentos – que descrevem as rotinas e os momentos experienciados, assim como as suas interpretações. Patton (1990) corrobora esta ideia, assinalando que a investigação qualitativa se desenvolve sobretudo a partir de três tipos de métodos de colecta de dados: as entrevistas abertas em profundidade, a observação directa e os documentos escritos (Patton, 1990). Estes métodos facilitam uma aproximação compreensiva e interpretativa dos/as investigadores/as às realidades sociais, possibilitando-lhes a captação dos elementos simbólicos que as constituem, especialmente a partir da decodificação de códigos linguísticos e performativos.

No domínio dos estudos de género e da investigação feminista, o reconhecimento das dimensões políticas e epistemológicas da linguagem e a inseparável relação (embora

não determinística) entre aquela, as formas simbólicas, as instituições sociais e o comportamento individual e colectivo foi, em larga escala, estimulado pelo trabalho de Foucault, o qual explorou o processo de construção do *self* pelos discursos e a sua re-experienciação em todos os (con)textos da vida quotidiana (Parker, 1989). A linguagem é efectivamente central na investigação qualitativa, assim como na investigação feminista, na medida em que se afigura como o processo a partir do qual as práticas sociais são instituídas e se instituem.

Os/as investigadores/as feministas têm vindo a denunciar a forma como a linguagem tem sido ignorada ou obscurecida no contexto da realização e da análise de entrevistas. Tradicionalmente, as práticas de entrevista têm sido masculinas na sua natureza, tratando-se os/as entrevistados/as como objectos e os/as investigadores/as como sujeitos invisíveis e sem rosto (Oakley, 1981). Contrariamente, as práticas de entrevista feminista qualitativa requerem uma relação de abertura e de confiança entre os/as entrevistadores/as e os/as entrevistados/as (Monroe-Baillargeon, 2004), valorizando-se as trocas, a colaboração e a interactividade (Oakley, 1981), característica base do processo de narração de histórias.

Parece-me absolutamente essencial sublinhar a importância destes processos e dinâmicas investigacionais para a localização dos saberes e para produção dos conhecimentos situados (Haraway, 1988), uma demanda por excelência da investigação feminista. Como enfatizam João Oliveira e Lígia Amâncio (2006: 601),

os conhecimentos situados são a proposta epistemológica de localização e de consideração da contextualidade do conhecimento no quadro da sua produção. Ou seja, implica partir do princípio de que os conhecimentos têm um ponto de partida e de produção.

Uma característica chave da investigação feminista é justamente a da tomada de consciência de que o conhecimento é um processo social no qual o/a investigador/a desempenha um papel importante e forçosamente implicado (Neves & Nogueira, 2003).

Os pontos de confluência entre a investigação qualitativa e a investigação feminista são portanto vários. Destacaria os seguintes, por me parecerem os mais significativos: (i) Assunção das realidades como processos socialmente construídos; (ii) Recusa do essencialismo epistemológico; (iii) Centralidade das experiências e dos dados subjectivos; (iv) Primazia da linguagem; (v) Preferência pelo não-estruturado; (vi) Interdependência entre investigador/a e investigado/a; (vii) Reconhecimento do pluralismo, da diversidade e da historicidade do conhecimento.

Ao considerar-se a realidade socialmente construída, questiona-se e desconstrói-se a premissa de que há no interior das pessoas ou dos objectos essências que determinam a sua constituição (Burr, 1995). O conhecimento da realidade, que é assim sempre parcial e subjectivo, depende do acesso às experiências individuais e colectivas, sendo este acesso viabilizado pela linguagem e influenciado pela interacção entre investigadores/as e investigados/as. Idealmente, o modo como se acede às experiências, deve caracterizar-se pela não estruturação, já que esta facilita a expressão não induzida da linguagem. O conhecimento da realidade, que é igualmente histórico e circunscrito a contextos e a tempos específicos, não é passível de ser generalizado, representando visões parcelares do mundo.

Em suma, quer a investigação qualitativa, quer a investigação feminista comungam de princípios epistemológicos comuns que favorecem a sua justaposição. Baseiam-se ambas no compromisso de recolher e representar as perspectivas de quem participa do processo de investigação, a partir das suas próprias vozes, privilegiando os testemunhos pessoais e os relatos auto-biográficos (DeVault & Gross, 2007), isto é, uma leitura compreensiva da realidade.

Histórias de vida e investigação feminista: a construção do conhecimento pela partilha das vozes

Os discursos povoam e orientam os quotidianos dos indivíduos, enquadrando as suas acções, emoções e sentimentos numa moldura sócio-cultural. Estas teias de símbolos,

ainda que muitas vezes de forma encapsulada, regulamentam ideologias e estatuem relações de poder (Neves, 2008).

A relevância da linguagem nas ciências sociais marca a ruptura com o paradigma moderno (Gergen, 2001). A adoção de métodos compreensivos, narrativos e biográficos na investigação científica ilustra uma necessidade de adaptação dos processos científicos à estrutura e configuração das experiências vividas (Flick, 2005). A intenção subjacente a este formato de pesquisa é a de associar as diferentes dimensões da vida social, estreitando a relação entre a “ciência geral” e os “saberes particulares”, considerando “como objecto um sujeito histórico em acção” (Guerra, 2006: 19).

De acordo com as/os investigadoras/es feministas, a utilização das entrevistas não estruturadas, das entrevistas em profundidade, das histórias de vida ou dos grupos focais na pesquisa feminista permitem um alinhamento entre as questões teóricas, epistemológicas e metodológicas, de tal modo que argumentam justificar-se a enunciação destes métodos como *entrevistas feministas* (Reinharz, 1992). A prática das entrevistas feministas materializa-se num conjunto de procedimentos que visam garantir sobretudo o equilíbrio de poder entre entrevistadas/os e entrevistadoras/es¹. No domínio da investigação feminista as abordagens narrativas, potenciadas pelas entrevistas, são especialmente valorizadas, uma vez que permitem o enfoque nos processos que condicionam a construção social dos fenómenos. Como aponta Julia Wood (2001), as perspectivas narrativas na investigação social, no âmbito das quais a linguagem desempenha um lugar de destaque, abrem caminho à revelação dos factores que legitimam uma cultura de subordinação e de violência contra as mulheres. Sendo o grande enfoque destas teorias a construção e reconstrução de histórias ou narrativas, estas são percebidas como o produto dos contextos e da temporalidade. Ao partilhar experiências através das narrativas de vida, as mulheres (assim como os homens) aumentam a consciência em torno dos significados dos seus percursos, refazendo-os discursivamente.

Uma vez que a linguagem é constitutiva das relações sociais de género, torna-se particularmente relevante analisá-la e desconstruí-la, sendo a entrevista um espaço

¹ Para aprofundar este ponto consultar DeVault, Marjorie (1990). Talking and Listening from Women's Standpoint: Feminist Strategies for interviewing and analysis. *Social Problems*. 37(1), 96-116.

privilegiado de análise e de desconstrução. Quando a entrevista convida ao revisitar de trajetórias pessoais, a construção e a reconstrução narrativas são potenciadas, tornando as histórias individuais e colectivas uma poderosa fonte de análise social.

As histórias de vida, apesar de configurarem uma abordagem teórica e uma perspectiva metodológica com diferentes orientações e enquadramentos, partilham de uma premissa comum: são um método específico de entrevista que requer que os/as investigadores/as e os/as participantes invistam num processo colaborativo de co-construção narrativa (Hesse-Biber & Leavy, 2006). A pesquisa desenvolvida através das histórias de vida permite assim a revelação dos processos através dos quais as pessoas atribuem significado às suas vidas (Denzin, 1986), processos esses que sofrem influência das estruturas e das dinâmicas sociais que emolduram as experiências humanas. As histórias de vida, quer do ponto de vista da sua forma, quer do ponto de vista do seu conteúdo, são um reflexo das identidades, na medida em que desempenham a função de as representar (Lieblich, Tuval-Mashiach & Zilber, 1998).

Apoiadas/os nas tradições políticas dos testemunhos e dos grupos de promoção da consciência, bem como nos pressupostos teóricos das histórias de vida e das entrevistas em profundidade, as/os investigadoras/es feministas quiseram fazer sobressair a importância dos discursos não ditos e, por isso mesmo, não ouvidos dos grupos marginalizados, dando-lhes voz e audiência (DeVault & Gross, 2007).

De acordo com Miller (2000), a perspectiva biográfica, que serve de suporte à metodologia das entrevistas de histórias de vida, é holística e expressa-se de duas formas determinantes: (i) O facto dos dados biográficos serem transversais em termos de tempo: a pessoa que está a narrar a sua biografia ou a sua história familiar fá-lo no presente, mas está a incluir o seu passado na história contada, podendo eventualmente referir-se às suas expectativas quanto ao futuro; (ii) O facto de ser uma perspectiva que se situa entre a estrutura social e o indivíduo como actor ou actora social.

Para Cole e Knowles (2001), a oportunidade de narrar a história de vida junto a alguém que intencionalmente a quer ouvir, para a compreender, permite a emergência de vozes até ali ignoradas ou intencionalmente suprimidas. Se a grande reivindicação feminista (quicá a maior de todas) consiste na exigência da transformação do pessoal em político e se o reconhecimento e a divulgação das histórias de vida das mulheres

acentuam essa possibilidade, é de toda a pertinência a apropriação do método das histórias de vida, em particular, pela investigação feminista. Na realidade, para Prue Chamberlayne e Annette King (1996, as cited in Liamputtong, 2007), a narração das histórias de vida é uma estratégia poderosa de libertação, que torna efectivamente público o que foi mantido privado. Ao externalizar-se as experiências silenciadas de pessoas ou grupos oprimidos, traz-se para o espaço político (que é também o espaço da ciência) a reivindicação de direitos fundamentais.

Segundo a autora Pranee Liamputtong (2007, as vidas individuais carregam um legado colectivo, contendo elementos que ilustram também a memória social de um grupo ou de uma comunidade. Ao contar-se a história de uma vida, está a contar-se também a história de um povo.

De acordo com Cole e Knowles (2001), as histórias de vida proporcionam um entendimento avançado sobre como se estabelecem as complexas interacções entre os indivíduos e os contextos sociais e institucionais onde estão inseridos. Para a investigação feminista, as histórias de vida são, nessa óptica, uma forma de compreender e fazer emergir as vivências das mulheres em culturas tradicionalmente sujeitas a uma interpretação masculina (Fontana & Frey, 2005).

De acordo com Maria José Magalhães (2005), a compreensão das subjectividades femininas, partindo das experiências relatadas nas histórias de vida, é uma via para a conscientização, para a análise do lugar de cada um/a e de cada facto na estrutura social que é discriminatória, silenciadora e/ou repressiva para as mulheres. Como sugere a autora Ruth Behar (2003), a narração das histórias de vida através do testemunho² opera sobre a realidade que se documenta, no sentido em que o próprio relato opera sobre a realidade. Esta transformação é habitualmente empoderadora, aumentando não só o entendimento mas o controlo das narradoras sobre as suas próprias vidas. Deste efeito, dá-nos conta Elaine Lawless (2001), que descreve a investigação realizada junto de mulheres vítimas de violência, através das histórias de vida. Sob o ponto de vista da autora, esta opção metodológica confere às vítimas um sentido de luta contra a injustiça, uma vez que ao contar as suas vivências sentem-se envolvidas no processo de denúncia social do problema.

² *Testimonio*, na versão original.

A oportunidade de narrar as suas histórias de vida, reconstituindo percursos e trajetórias desenvolvimentais, é para as vítimas de violência na intimidade uma oportunidade de recuperar o controlo sobre si próprias e sobre as suas vidas, tornando-se conscientes do modo como a opressão as conduziu ao estatuto de vítimas (Neves, 2008). Este processo de conscientização que as histórias de vida estimulam é, do meu ponto de vista, essencial para a adopção de uma posição crítica por parte das vítimas, já que as convida a agir pró-activamente sobre as suas realidades.

Mas as histórias de vida não são apenas empoderadoras para quem as relata. Às/aos investigadoras/es numa primeira instância, e a todas/os as/os demais leitoras/es numa fase subsequente, é dada igualmente a oportunidade de atribuir significado às narrativas partilhadas, sendo este um processo de interpelação das próprias realidades (Cole & Knowles, 2001). Assim, o método parece garantir ganhos a vários níveis e em vários sentidos, não só para quem tem a oportunidade de contar, mas também para quem tem oportunidade de ouvir as histórias de vida e se posicionar perante elas. No caso dos/as investigadores/as, esta tomada de posição é especialmente importante. A aliança entre o método das histórias de vida e a investigação feminista é, por essa razão, politicamente estratégica.

Os desafios da investigação feminista... ou os desafios dos feminismos

Este texto procurou reflectir sobre os significados de se fazer investigação feminista e sobre o modo como a investigação feminista se articula com a pesquisa qualitativa, em geral, e com o método de histórias de vida, em particular. Penso ter ficado explícita a ideia de que fazer investigação feminista é militar na e pela investigação. No essencial esta militância traduz-se na produção de saberes emancipatórios e críticos através da utilização de métodos científicos que privilegiem a linguagem como produtora (e produto) do conhecimento. A investigação feminista partilha com a investigação qualitativa (sobretudo por via das histórias de vida) este enfoque nas subjectividades, entendidas aqui como o resultado da interacção entre os actores e as actrices e a envolvente social (Guerra, 2006).

Partilhando da posição de Françoise Collin (2008: 43), considero que “os estudos feministas comportam um momento crítico e um momento constitutivo, que não são

aliás distintos”. O momento crítico exige o questionamento dos saberes dominantes, enquanto o momento constitutivo produz saberes alternativos.

A questão dos métodos na investigação feminista coloca-se nestes dois momentos que os estudos feministas comportam. Depois de contestadas as práticas de produção da ciência moderna positivista pelas académicas feministas, através da denúncia dos seus viéses, tem sido imperativa a implementação efectiva de outras práticas alternativas, que possam suplantar alguns dos constrangimentos causados pelas anteriores. Estas práticas alternativas não são livres de valores, mas politicamente comprometidas (Kim, 2007), no sentido em que são produzidas para responder a um legado histórico de desigualdade e de opressão, que tem vindo progressivamente a acentuar-se. O momento constitutivo, como o crítico aliás, não se esgotou em si mesmo. Creio que vivemos na actualidade um processo circular – crítico-constitutivo-crítico – que nos obriga a suplantar os constrangimentos dos próprios métodos feministas.

Como sabemos, “o género é uma forma primária de demonstração das relações de poder. Ou, melhor dizendo, o género é o primeiro domínio com o qual ou através do qual o poder se articula” (Scott, 2008: 67). Contudo, o género não é o único domínio onde se geram relações assimétricas de poder. As profundas transformações conceptuais que têm vindo a reposicionar o modo como o género é constituído socialmente surtiram efeitos imprevistos na teoria feminista (Oliveira & Nogueira, 2009). Como enfatiza Beatriz Preciado (2007), o *locus* da construção da subjectividade política parece ter-se desviado das categorias tradicionais para outras mais transversais, que implicam cruzamentos e intersecções entre si. Os projectos de investigação feministas têm que contemplar hoje esta polifonia identitária, se pretendem promover uma análise adequada dos diferentes níveis e graus em que a discriminação opera. Esta é a premência dos feminismos do hoje, tornar cada vez mais os conhecimentos plurais e diversos, atendendo às especificidades das pertenças várias de cada um/a.

Referências bibliográficas

- Behar, Ruth (2003). *Translated Woman: Crossing the Border with Esperanza's Story*. Boston: Beacon.
- Braidotti, Rosi (2008). Teorias dos Estudos Feministas: Algumas experiências contemporâneas na Europa. In Crespo, Ana I., Monteiro-Ferreira, Ana,

- Couto, Anabela G., Cruz, Isabel & Joaquim, Teresa (Org.) *Variações sobre Sexo e Género*. (pp. 15-34). Lisboa: Livros Horizonte.
- Brooks, Abigail & Hesse-Biber, Sharlene Nagy (2007). An invitation to feminist research. In Hesse-Biber, Sharlene Nagy & Leavy, Patricia (Eds.). *Feminist research practice* (pp. 1-24). London: Sage.
- Burr, Vivien (1995). *An Introduction to Social Constructionism*. London: Routledge.
- Cole, Ardra L., & Knowles, J. Gary (2001). *Lives in context: The art of life history research*. Walnut Creek, CA: AltaMira Press.
- Collin, Françoise (2008). Estes estudos que “não são tudo”. Fecundidade e limites dos Estudos Feministas. In Crespo, Ana I., Monteiro-Ferreira, Ana, Couto, Anabela G., Cruz, Isabel & Joaquim, Teresa (Org.) *Variações sobre Sexo e Género*. (pp. 35-48). Lisboa: Livros Horizonte.
- Crenshaw, Kimberlé (1993). Demarginalizing the interaction of race and sex: A Black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory, and anti-racist politics. In D. Weisberg, (Ed.), *Feminist legal theory: Foundations* (pp. 383-411). Philadelphia, PA: Temple University Press.
- DeFrancisco, Victoria P., & Palczewski, Catherine H. (2007). *Communicating Gender Diversity. A critical approach*. London: Sage Publications.
- Denzin, Norman (1986). A postmodern social theory. *Sociological Theory*. 4, 194-204.
- Denzin, Norman K. & Lincoln, Yvonna S. (2005) *The Sage Handbook of Qualitative Research* (3rd Ed). Thousands Oaks: Sage.
- DeVault & Gross, (2007). Feminist interviewing: Experience, talk and knowledge. In Hesse-Biber, Sharlene Nagy (Ed.). *Handbook of Feminist Research: Theory and Praxis* (pp. 143-154). Thousands Oaks: Sage.
- DeVault, Marjorie (1990). Talking and Listening from Women’s Standpoint: Feminist Strategies for interviewing and analysis. *Social Problems*. 37(1), 96-116.
- Dias, Isabel (2004). *Violência na Família. Uma abordagem sociológica*. Porto: Afrontamento.
- Flick, Uwe (2005). *Métodos Qualitativos na Investigação Científica*. Lisboa: Monitor.
- Fontana, Andrea & Frey, James (2005). The interview: From neutral stance to political involvement. In Denzin, Norman K. & Lincoln, Yvonna S. (Editors). *The Sage Handbook of Qualitative Research* (3rd Ed). Thousand Oak: Sage.
- Gergen, Kenneth (2001). Psychological science in postmodern context. *The American Psychologist*. 56, 803-813.
- Guerra, Isabel (2006). *Pesquisa qualitativa e análise de conteúdo. Sentidos e formas de uso*. Estoril: Príncípa Editora.
- Haraway, Donna (1988). Situated Knowledges: The Science Question in Feminism and the Privilege of Partial Perspective. *Feminist Studies*. 14 (3), 575-599.
- Hesse-Biber, Sharlene Nagy & Leavy, Patricia (2006). *The Practice of Qualitative Research*. Thousands Oaks: Sage.
- Keller, Evelyn Fox (1991). *Reflexiones sobre Género y Ciencia*. Valencia. Edicions Alfons el Magnanim.
- Kelly, Liz, Regan, Linda & Burton, Sheila (1992). Defending the Indefensible? Quantitative methods and feminist research. In Hilary Hinds, Ann Phoenix & Jackie Stacey (Eds.), *Working out: New directions in women's studies* (pp.149-161). Lewes: The Falmer Press.

- Kim, Hyin Sook (2007). The Politics of Border Crossings: Black, Postcolonial, and Transnational Feminist Perspectives. In Hesse-Biber, Sharlene Nagy (Ed.). *Handbook of Feminist Research: Theory and Praxis*. (pp. 107-122). London: Sage.
- Lawless, Elaine (2001). *Women escaping violence: empowerment through narrative*. Columbia: University of Missouri Press
- Liamputtong, Pranee (2007). *Researching the vulnerable: a guide to sensitive research methods*. Thousands Oaks: Sage.
- Lieblich, Amia, Tuval-Mashiach, Rivka & Zilber, Tamar (1998). *Narrative Research. Reading, Analysis and Interpretation*. Thousands Oaks: Sage.
- Magalhães, Maria José (2005). *Mulheres, Espaços e Mudanças: o Pensar e o Fazer na Educação das Novas Gerações*. Tese de Doutorado não publicada. Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação – Universidade do Porto.
- Miller, Robert (2000). *Researching Life Stories and Family Histories*. Thousands Oaks: Sage.
- Monroe-Baillargeon, Ann (2004) *The Integration of Feminism and Qualitative Methodology*. Oral communication presented at the 16th Annual Conference on Ethnographic and Qualitative Research in Education. SUNY Albany. June 4-6.
- Neves, Sofia (2008). *Amor, Poder e Violências na Intimidade: os caminhos cruzados do pessoal e do político*. Coimbra: Quarteto.
- Neves, Sofia (2009). O silêncio mordaz das mulheres na ciência: lideranças ocultas (ou ocultadas) na psicologia. In Macedo, Eunice & Koning, Marijke (Coord.). *ReInventando Lideranças: Género, Educação e Poder*. (pp. 117-139). Porto: LivPsic/Fundação Cuidar o Futuro.
- Neves, Sofia & Nogueira, Conceição (2003). A Psicologia Feminista e a Violência Contra as Mulheres na Intimidade: A (Re)Construção dos Espaços Terapêuticos. *Psicologia e Sociedade*. 15, 43-64.
- Neves, Sofia & Nogueira, Conceição (2004). Metodologias Feministas na Psicologia Social Crítica: a ciência ao serviço da mudança social. *Ex-Aequo: Revista da Associação Portuguesa de Estudos sobre as mulheres*. 11, 122-138.
- Neves, Sofia & Nogueira, Conceição (2005). Metodologias Feministas: A Reflexividade ao serviço da Investigação nas Ciências Sociais. *Psicologia: Reflexão e Crítica*. 18(3), 408-412.
- Oakley, Anna (1981). Interviewing women: A contradiction in terms. In H. Robers (Ed.) *Doing feminist research* (pp. 30-61). London: Routledge & Kegan Paul.
- Oakley, Anna (1998). Gender, Methodology and People's Ways of Knowing: Some problems with feminisms and the paradigm debate in social sciences. *Sociology*. 32(4), 707-731.
- Oliveira, João & Amâncio, Lígia (2006). Teorias feministas e representações sociais: desafios dos conhecimentos situados para a psicologia social. *Estudos Feministas*. 14(3), 597-615.
- Oliveira, João & Nogueira, Conceição (2009). Um lugar feminista *queer* e o prazer da confusão e fronteiras. *Ex aequo*. 20, 9-12.

- Pancer, Mark (1997). Social Psychology: The Crisis continues. In Fox, Dennis & Prilleltensky, Isaac (Eds.). *Critical Psychology. An Introduction*. (pp. 150-166). London: Sage.
- Parker, Ian (1989). Discourse and Power. In Shotter, John and Gergen, Kenneth J. (eds.) (1989) *Texts of Identity*. London: Sage.
- Patton, Michael (1990). *Qualitative Evaluation and Research Methods*. London: Sage
- Preciado, Beatriz (2007). Entrevista a Jesús Carrillo. *Cadernos Pagu*. 28, 375-405.
- Reinharz, Shulamit (1992). *Feminist methods in social research*. Oxford: Oxford University Press.
- Santos, Boaventura S. (1998). *Introdução a uma ciência pós-moderna*. Porto: Edições Afrontamento.
- Scott, Joan (2008). Género: uma categoria útil de análise histórica. In Crespo, Ana I., Monteiro-Ferreira, Ana, Couto, Anabela G., Cruz, Isabel & Joaquim, Teresa (Org.) *Variações sobre Sexo e Género*. (pp. 49-77). Lisboa: Livros Horizonte.
- Westmarland, Nicole (2001). The Quantitative/Qualitative Debate and Feminist Research: A Subjective View of Objectivity. *Forum Qualitative Sozialforschung / Forum: Qualitative Social Research*, 2(1). Retrieved from <http://www.qualitative-research.net/index.php/fqs/article/view/974/2125>
- Wood, Julia (2001). The normalization of violence in heterosexual romantic relationships: Women's narratives of love and violence. *Journal of Social and Personal Relationships*. 18, 239–261.
- Yllo, Kersti (1993). Through a feminist lens. Gender, power and violence. In Gelles, Richard & Loseke (Eds.). *Current controversies on Family Violence* (pp. 47-62). Newbury Park: Sage.